

Coleção Sessões Temáticas

Reforma política, financiamento da saúde e pacto federativo

Conheça o primeiro volume da coleção que apresenta a **íntegra das sessões temáticas**, onde senadores contam com a **participação de especialistas** em livres debates sobre **grandes temas nacionais**.



Faça o download em
<http://bit.ly/1e5WFGZ>



Socom | Criação e Marketing

JORNAL DO SENADO

www.senado.leg.br/jornal

Ano XX — Nº 4.027 — Brasília, sexta-feira, 14 de fevereiro de 2014



Senado se mobiliza pelo fim da violência contra as mulheres

José Cruz/Agência Senado



Ana Rita (E) examina material de campanha contra a violência em audiência da CDH conduzida por Paulo Paim (3º à esq.)

Senadores começaram a colher assinaturas para formar frente parlamentar nos moldes da criada por deputados gaúchos, que apresentaram à Comissão de Direitos Humanos as ações já adotadas no Rio Grande do Sul

O resultado mais visível da atuação da Frente Parlamentar de Homens pelo Fim da Violência contra a Mulher do Rio Grande do Sul foi a criação de uma lei estadual que estabelece o uso de tornozeleiras eletrônicas

em homens agressores de mulheres.

Ana Rita, presidente da CDH, disse que é preciso trabalhar uma mentalidade, a partir da educação, que construa uma relação de igualdade entre homens e mulheres. **5**

Relator quer definição rápida sobre terrorismo 4

Mozarildo acredita em derrubada de veto 6

Submarino nuclear do Brasil deverá ficar pronto em 2023

O almirante Hirschfeld, coordenador do Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub), apresentou ontem à CRE os ganhos que o país terá ao construir e, sobretudo, ao projetar o primeiro submarino nacional com propulsão nuclear. **3**



Gilberto Max Roffé Hirschfeld, Ricardo Ferraço e Ari Matos Cardoso apontam importância estratégica do Prosub

Geraldo Magela/Agência Senado

Lia de Paula/Agência Senado



Benedito de Lira (3º à dir.) conduz o debate com representantes do agronegócio e do Ministério do Meio Ambiente

Cadastro Ambiental Rural precisa de norma, dizem produtores

Demora nas regras para implantação do registro que o novo Código Florestal tornou obrigatório tem gerado insegurança, segundo participantes de audiência na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. **7**

Comissões analisam dez medidas provisórias 2

Sem acordo, convite a ministra não é votado 8



José Pimentel dirige reunião que instalou a comissão mista da MP 631/2013, que será presidida pela senadora Ana Rita

Comissões mistas e CMO iniciam análise de 10 MPs

Editadas durante o recesso parlamentar, medidas provisórias tratam de assuntos como repasse de recursos para municípios atingidos por desastres naturais e liberação de R\$ 1,97 bi para 9 ministérios

SENADORES E DEPUTADOS elegeram na quarta-feira os presidentes e vice-presidentes das comissões mistas encarregadas de examinar nove medidas provisórias (*veja quadro*). Além disso, foram indicados os relatores e os relatores-revisores. Essas medidas foram editadas durante o recesso parlamentar, por isso a escolha aconteceu somente agora. Uma décima MP será analisada pela Comissão Mista de Orçamento (CMO).

As comissões mistas têm um prazo de 14 dias para analisar se as medidas provisórias respeitam a Constituição quanto aos pressupostos de relevância e urgência, de mérito e de adequação financeira e orçamentária. Depois de aprovado o parecer do relator, ou se o prazo se esgotar, a MP é enviada à Câmara. Se aprovada, é remetida ao Senado.

Entre as medidas, está a MP 631/2013, que simplifica o envio de dinheiro público a estados e municípios atingidos por desastres climáticos, como enchentes. A MP foi editada em resposta às inundações ocorridas no Espírito Santo, no final do ano passado. A comissão mista vai ser presidida pela senadora Ana Rita (PT-ES), e o PSB da Câmara vai indicar o relator.

Também foi instalada a

comissão responsável por examinar a MP 630/2013, que possibilita a contratação de obras para a construção, ampliação e reforma de unidades para o atendimento a menores infratores pelo Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC), com menos exigências na licitação. O deputado Eliseu

Padilha (PMDB-RS) será o presidente e a senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR), a relatora.

Já a MP 637/2013, que libera R\$ 1,97 bilhão para atender despesas de nove ministérios, vai ser examinada pela CMO. A medida será relatada pelo deputado Jorge Bittar (PT-RJ). O relator-revisor é o senador Inácio Arruda (PCdoB-CE).

Medidas em análise

- ▶ **MP 629/2013** Determina a transferência de R\$ 1,95 bilhão da União aos estados e aos municípios. O auxílio financeiro será usado para estimular as exportações do país e quitar as dívidas dos entes federados.
- ▶ **MP 630/2013** Permite a contratação, por meio do Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC), de obras e serviços de engenharia para a construção, ampliação e reforma de estabelecimentos penais e unidades de atendimento socioeducativo para crianças e adolescentes infratores.
- ▶ **MP 631/2013** Facilita a transferência de recursos para áreas atingidas por desastres ao dispensar a apresentação de projeto para realização de ações de resposta.
- ▶ **MP 632/2013** Trata do aumento na remuneração para servidores de vários órgãos, entre eles, o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), o Hospital das Forças Armadas (HFA) e as agências reguladoras.
- ▶ **MP 633/2013** Prorroga até 31 de dezembro de 2014 as subvenções da União para financiamentos a setores ligados à exportação, intensivos em tecnologia e de produção de bens de capital.
- ▶ **MP 634/2013** Isenta importadores de álcool do pagamento de PIS-Pasep e Cofins até 2016. A medida vale inclusive para os casos de importação de álcool combustível. A MP também equipara consórcios às empresas quando contratarem pessoas físicas ou jurídicas utilizando CNPJ próprio.
- ▶ **MP 635/2013** Autoriza a União a pagar parcelas adicionais mensais de R\$ 155 do Benefício Garantia-Safra para reparar perdas sofridas por agricultores familiares nas estiaagens na safra 2012-2013.
- ▶ **MP 636/2013** Permite ao assentado da reforma agrária com renda bruta anual de até R\$ 60 mil quitar dívidas assumidas para construção e reforma de habitações rurais com condições de pagamento iguais ao do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR).
- ▶ **MP 637/2013** Libera R\$ 1,97 bilhão em créditos extraordinários para atender despesas imprevistas e urgentes em nove ministérios.
- ▶ **MP 638/2013** Modifica a lei que criou, em 2012, o Inovar-Auto, programa de incentivo tributário ao setor automotivo do país.

Copa, eleições e crise são temas do *Diplomacia*, na TV Senado

Os efeitos da Copa do Mundo, das eleições e da crise financeira internacional na economia e na política externa do país são assunto deste final de semana no programa *Diplomacia*, da TV Senado. O programa também aborda as paisagens da Argélia, país com traços culturais dos Impérios Romano e Otomano

e influências árabe, espanhola e francesa. A entrevista é com a senadora paraguaia Zulma Gómez, presidente da Confederação Parlamentar das Américas, entidade que articula ações de redução da pobreza no continente. O *Diplomacia* vai ao ar amanhã, às 12h30 e 22h30, e domingo, às 9h e 17h.

Milton Nascimento é a atração do programa *Rádio Show*

O cantor e compositor Milton Nascimento é a atração do programa *Rádio Show*, da Rádio Senado, que vai ao ar amanhã.

O programa apresenta o espetáculo *Uma Travessia*, gravado no Vivo Rio, no Rio de Janeiro, em novembro de 2012, em comemoração aos 50 anos de carreira e 70 de idade do cantor.

O *Rádio Show* vai ao ar aos sábados, às 21h, com reprise às segundas, às 23h, e às sextas, às 3h. A rádio pode ser sintonizada em Brasília (91,7 MHz), Natal (106,9 MHz), Cuiabá (102,5 MHz), Fortaleza (103,3 MHz), Rio Branco (100,9 MHz), Manaus (106,9 MHz), Teresina (104,5 MHz) e João Pessoa (106,5 MHz).

Lúcia Vânia: cidadão quer saber sobre atividade parlamentar

Titular da Ouvidoria do Senado desde março, Lúcia Vânia (PSDB-GO) fez um balanço dos trabalhos do órgão em 2013 e informou que atuação parlamentar é o assunto que mais motiva o contato da população.

A gestão administrativa do Senado ficou em segundo lugar, com questões sobre recursos humanos, infraestrutura e treinamentos oferecidos pelo Instituto Legislativo Brasileiro (ILB).

Lúcia Vânia contou que deu ênfase à maior integração entre canais como o Portal e-Cidadania, o Alô Senado e a Secretaria da Transparência.

— É fundamental ampliar os segmentos da sociedade que nos acessam, criando mais cidadania e mais transparência. Temos que ser proativos — disse a senadora.



Lúcia Vânia responde pela Ouvidoria do Senado há quase um ano

Jayme pede contratação de aprovados em concurso do INSS

Jayme Campos (DEM-MT) pediu à ministra do Planejamento, Miriam Belchior, que autorize a contratação dos excedentes do concurso de 2011 para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

O senador recebeu um grupo de jovens mato-grossenses aprovados no concurso e preocupados com o término

da validade dele, em abril. Os concursados relataram a contratação constante de terceirizados, que evidenciaria a necessidade de recursos humanos no órgão. O parlamentar reclamou que os dirigentes do INSS estão deixando de lado “as pessoas que fizeram concurso e até agora não foram chamadas”.

Amorim lembra os 25 anos da Fundação Pedro Paes Mendonça

Em discurso na quarta-feira, Eduardo Amorim (PSC-SE) lembrou os 25 anos de atividade da Fundação Pedro Paes Mendonça, entidade privada sem fins lucrativos que realiza ações de desenvolvimento social na Serra do Machado, no município de Ribeirópolis, em Sergipe.

O senador destacou que a instituição atua nas áreas de saúde, educação, cultura, geração de renda e acolhida a idosos.

Amorim citou como exemplos das atividades sociais desenvolvidos pela entidade o Lar Dona Conceição, a

Cooperativa de Artesanato da Serra do Machado, a Orquestra Filarmônica Pedro Paes Mendonça e o Projeto Bairro do Futuro.



Amorim homenageia fundação que promove ações sociais em Sergipe

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Sessão não deliberativa

9h A sessão plenária não tem votação de projetos e será destinada a discursos.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Coordenador de programa explica que o Brasil ganha em defesa, desenvolvimento científico-tecnológico e fortalecimento da indústria

Primeiro submarino nuclear do país ficará pronto em 2023, diz almirante

O PRIMEIRO SUBMARINO brasileiro com propulsão nuclear deve ficar pronto em 2023, de acordo com almirante de esquadra Gilberto Max Roffé Hirschfeld, coordenador-geral do Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub), criado em 2008 a partir de acordo de cooperação e transferência de tecnologia com a França.

Hirschfeld deu a informação durante audiência na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). O debate foi sugerido e coordenado pelo presidente do colegiado, Ricardo Ferraço (PMDB-ES).

O programa, sob a responsabilidade da Marinha do Brasil, prevê ainda a construção de quatro submarinos de propulsão convencional (elétricos/diesel). Serão construídos também uma base naval e um estaleiro, em Itaguaí (RJ).

O almirante disse que o país é foco de “ambições”, em razão das riquezas naturais

e capacidades, e defendeu a necessidade de o país desenvolver e manter um forte sistema de defesa.

— Não para entrar em guerra, ao contrário, mas exatamente para ter o poder de dissuasão — observou.

De acordo com ele, um submarino de propulsão nuclear é considerado a arma de maior poder de dissuasão que existe, por seu poder de deslocamento e por ser capaz de gerar oxigênio. Assim, tem capacidade de se manter submerso de forma prolongada, ficando menos detectável e mais protegido.

Com o Prosub, acrescentou o coordenador, o Brasil ganha capacidade não apenas para construir, mas também projetar submarinos convencionais e nucleares. Ele explicou que o acordo com o governo francês assegura a transferência de toda a tecnologia necessária para esse ganho de autonomia.

O almirante disse que o país já domina todo o ciclo tecnol

ógico para a construção do reator de propulsão nuclear a ser utilizado no projeto, desenvolvido em São Paulo, de responsabilidade da estatal Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. (Nuclep). A França entra com a parte de “interface” para aplicação no submarino e seu projeto e com as tecnologias de operação e manutenção do equipamento.

Hirschfeld acredita que, como parte do seletivo grupo capaz de projetar e construir esses equipamentos, o Brasil reforçará o poder de garantir o antigo pleito por um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU.

O almirante observou, contudo, que o alcance do Prosub vai além da questão de defesa. Ele explicou que o programa — com custo estimado em cerca de R\$ 21 bilhões, em todas as etapas — tem amplo potencial para irradiar conhecimentos e capacitação em favor dos centros de pesquisa, das

universidades e da indústria brasileira. Para que os ganhos sejam permanentes, porém, ele observou que o país não pode se acomodar após a construção dos submarinos já projetados.

— Não temos o direito de perder um programa dessa envergadura — apelou.

Sobre os investimentos projetados pelo Prosub no Orçamento federal para 2014, de quase R\$ 2,5 bilhões, ele disse que ficaram um pouco aquém do necessário. Porém, Hirschfeld disse estar seguro de que o governo não deixará de fazer as complementações necessárias.

Estratégia

Ferraço confirmou a importância estratégica do programa. Ele observou que a indústria de defesa é um setor que multiplica conhecimento e gera renda, emprego e desenvolvimento como poucos, sendo responsável por parcela importante do produto interno bruto (PIB) em países desenvolvidos.

O senador registrou que, no auge da capacidade, o Prosub deverá gerar 9 mil empregos diretos e outros 32 mil indiretos. Por tudo isso, observou, os investimentos são totalmente justificáveis, mesmo “num país que não é assombrado pelo fantasma da guerra e em que falta dinheiro para áreas essenciais”.

— Um submarino nuclear vai nos dar, com certeza, retaguarda e poder de dissuasão em águas profundas — avaliou.



Pedro Franco/Agência Senado

Vanessa: “problemas do país decorrem da crise internacional”

O capital financeiro internacional tenta pressionar o governo da presidente Dilma Rousseff e vender à mídia uma crise que de fato não existe, segundo Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM). A senadora reconheceu que o Brasil tem problemas, mas disse que eles são decorrentes da crise internacional e afetam outros países.

Para Vanessa, o mais importante é discutir um projeto para a nova etapa de desenvolvimento, que amplie os avanços dos últimos anos.

Ela defendeu um desenvolvimento soberano, focado na elevação dos investimentos e no aumento da produtividade, com o desenvolvimento sustentável da Amazônia e uma reforma urbana que humanize as cidades.

— No plano estrutural, precisamos tornar o Brasil integrado nacionalmente, com uma poderosa infraestrutura energética e logística — disse.



Pedro Franco/Agência Senado

Lopes comemora emenda sobre médicos militares

A promulgação da emenda constitucional que possibilita aos médicos das Forças Armadas a acumulação de dois cargos públicos (EC 77), como já ocorre com os médicos do serviço público civil, foi comemorada por Eduardo Lopes (PRB-RJ). O senador foi relator da proposta da emenda.

— Ressaltei que a proposição atende aos interesses das Forças Armadas e ainda ao interesse público, na medida em que permitirá grande acréscimo na qualidade e na extensão do atendimento à saúde pública, sobretudo nas regiões mais carentes — disse.

O senador acrescentou que, com a promulgação, os médicos militares poderão compensar a defasagem dos vencimentos. Lopes informou que uma proposta de autoria dele estende o mesmo direito aos professores militares (PEC 2/2014).



Ari Matos Cardoso, Ricardo Ferraço e Gilberto Max Roffé Hirschfeld em audiência na Comissão de Relações Exteriores

Para ministério, setor precisa de mais recursos

Em resposta a questão feita por um telespectador, encaminhada por Cristovam Buarque (PDT-DF), o almirante disse que a França foi escolhida como parceira do Brasil por ser o único país, além da Rússia, que dispunha à época de tecnologia para construção de submarino com propulsão nuclear (hoje integram o time a China, os Estados Unidos e a Inglaterra). Apenas a França aceitou o compromisso de transferir a tecnologia.

Hirschfeld rebateu a afirmação de que o Chile e a Índia, por acordo com a Alemanha, tenham conseguido acesso à mesma tecnologia, em bases econômicas mais vantajosas. Ele assegurou que foram contratos totalmente diferentes, sem a abrangência do brasileiro em termos de tecnologia.

Sobre os cuidados ambientais e as ações de responsabi-

lidade associadas ao projeto em Itaguaí, ele disse que, em março de 2013, a presidente Dilma Rousseff inaugurou uma unidade de fabricação de estrutura metálica que integra o programa, onde serão construídas peças de alta resistência.

Participaram ainda da audiência Eduardo Suplicy (PT-SP), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e o secretário-geral do Ministério da Defesa, Ari Matos Cardoso, que reconheceu a necessidade de mais recursos para o setor. No entanto, ele observou que de 2003 a 2007, antes da aprovação da Estratégia Nacional de Defesa, “as necessidades do setor foram atendidas em 35% do que foi solicitado”. De 2008 a 2013, no entanto, o percentual foi aumentado para 65%, evidenciando o empenho do governo para aumentar os investimentos em projetos como o Prosub.

Prosub

- ⊙ Submarino nuclear
- ⊙ Submarinos convencionais (4)
- ⊙ Torpedos (30)
- ⊙ Despistadores de torpedo (50)
- ⊙ Estaleiro e base naval
- ⊙ Fábrica de estruturas metálicas

INVESTIMENTOS NO ORÇAMENTO FEDERAL PARA 2014 R\$ 2,5 bilhões

ESCOLHA DO PARCEIRO INTERNACIONAL

Constroem submarino nuclear

China • EUA • França • Inglaterra • Rússia

Projetam e constroem submarino convencional e nuclear

França • Rússia

Transfere tecnologia

França

CRONOGRAMA DE CONSTRUÇÃO DO SUBMARINO NUCLEAR

- Fase de concepção em andamento
- Fase preliminar a partir de agosto de 2013
- Fase de detalhamento a partir de dezembro de 2015
- Fase de construção a partir de 2017

GERAÇÃO DE EMPREGOS 14.650 diretos • 46.000 indiretos

Relator da Comissão de Segurança Pública explica que definição é uma exigência constitucional e deve ser agilizada para entrar em vigor ainda antes da Copa do Mundo

Taques quer decisão rápida sobre tipificação do crime de terrorismo

PEDRO TAQUES (PDT-MT) quer uma definição rápida sobre a tipificação do crime de terrorismo, já que faltam apenas quatro meses para a Copa do Mundo e, em 2016 o país vai sediar a Olimpíada no Rio de Janeiro. Garante, no entanto, que o Senado está discutindo projetos sobre o tema porque assim manda a Constituição, e não por causa da Copa, das manifestações populares ou da morte do cinegrafista da TV Bandeirantes, ferido na cabeça durante um protesto.

O senador defende a aprovação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado (PLS) 499/2013. Ele lembrou que o projeto do novo Código Penal (PLS 236/2012), do qual foi relator, ainda vai passar pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), pelo Plenário do Senado e pela Câmara. Assim, a aprovação do PLS 499 traria uma definição mais rápida sobre o tema.

Segundo Taques, quando o item é terrorismo, a principal diferença entre o novo Código Penal e o projeto da tipificação está na “exclusão de culpabilidade dos movimentos sociais”. Taques disse que movimentos sociais têm feito críticas ao projeto porque o texto não os exclui claramente ao tipificar o crime de terrorismo.



Os movimentos sociais podem ser excluídos da tipificação do terrorismo, segundo Taques, mediante emenda ao projeto

Já a proposta do novo Código Penal, explica Taques, traz um parágrafo próprio para a exclusão dos movimentos sociais do crime de terrorismo. O senador disse ainda que é possível um acordo para que o PLS 499 receba uma emenda no Plenário, excluindo os movimentos sociais.

— Pode ser emendado, mas isso vai depender dos debates — disse.

Vandalismo

Relator da Comissão de Segurança Pública do Senado, Taques lembrou que a Constituição diz que o Brasil repudia o terrorismo e que o Congresso precisa tipificar a

prática como crime. O senador explicou que, por causa dessa norma constitucional, o país jamais poderia dar asilo a alguém da Al-Qaeda, por exemplo.

Na opinião do senador, o texto que for aprovado pelo Congresso precisa especificar bem o que é terrorismo. Ele acrescentou que, no que diz respeito ao vandalismo, já existe um projeto de Armando Monteiro (PTB-PE) tratando do assunto.

O senador ressaltou que a tipificação do crime de terrorismo não tem nada a ver com as manifestações populares que vêm ocorrendo em todo o Brasil há quase um ano.

— As manifestações devem ser defendidas. Agora, prática de crime em manifestação merece prisão — disse o senador, acrescentando que as manifestações são um exercício democrático, mas devem ser conduzidas sem violência, sem ataques ao patrimônio e sem ofensas à integridade física das pessoas.

Taques explicou que projeto de autoria dele que tipifica o crime de terrorismo, por exemplo, é de 2011 e nasceu da comissão de juristas que propôs a modernização do Código Penal. O outro é fruto da comissão mista criada para regulamentar artigos da Constituição.

Simon pede cautela sobre novas leis

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) disse ontem que o governo deve ser duro “com relação aos distúrbios que forem praticados de forma radical”. Mas pediu que seja aprofundado o debate sobre o momento atual do país. Para ele, é preciso cautela quanto à elaboração de uma lei que possa inibir as manifestações.

— Esses mascarados não podem continuar. Perdoem-me. Eles têm o direito à liberdade, sim, mas que venham de cara aberta e façam o que querem fazer e sofram as consequências, mas não mascarados. E que o governo não aproveite isso para criar um mecanismo, uma fórmula da qual, daqui a algum tempo, alguém vai se queixar e alguém vai se arrepender — disse em Plenário.

Segundo Simon, “o Brasil chegou ao ponto em que chegou não por falta de lei, mas por falta de cumprimento da lei”.



“Não devemos ter pessimismo sobre o momento atual”, diz Simon

Comissão aprova nota de solidariedade à família do cinegrafista

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) aprovou ontem nota de solidariedade a família e amigos do repórter cinematográfico Santiago Andrade.

Na nota, a CDH afirma que a violência não faz parte de uma sociedade democrática e conclama o caminho da mediação. O colegiado também aprovou nota de apoio ao

deputado estadual do PSOL no Rio de Janeiro, Marcelo Freixo, repudiando insinuações de que ele estaria envolvido na morte do cinegrafista.

— Freixo é reconhecidamente

um militante dos direitos humanos. Repudiamos as reiteradas tentativas de atribuir responsabilidade ao parlamentar, quando a polícia já havia identificado e prendido

o autor confesso do disparo do rojão — disse a presidente da comissão, Ana Rita (PT-ES).

Leia a íntegra da nota acessando <http://bit.ly/notaCDH>

Projeto que regula mediação e arbitragem vai à Câmara

O presidente do Senado, Renan Calheiros, enviou na terça-feira para a Câmara dos Deputados o PLS 406/2013, que trata da mediação e arbitragem, métodos alternativos de solução de conflitos sem depender de decisão dos tribunais. Aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) em dezembro passado, em decisão terminativa, o projeto estava na fase em que os recursos para votação em Plenário poderiam ser apresentados. Como não houve manifestação dos senadores, Renan assinou os autógrafos para que a tramitação continue.

A nova lei vai permitir o uso da arbitragem para solucionar conflitos decorrentes de

contratos firmados por empresas com a administração pública, por exemplo.

A iniciativa de ampliar a arbitragem no país, estabelecida pela Lei 9.307/1996, foi do presidente do Senado, que nomeou uma comissão de juristas para elaborar um anteprojeto, relatado na CCJ por Vital do Rêgo (PMDB-PB). O grupo foi presidido pelo ministro do Superior Tribunal de Justiça Luis Felipe Salomão.

Para Renan Calheiros, a mediação e a arbitragem são bons instrumentos para desafogar a Justiça.

— Atualmente, o Poder Judiciário tem cerca de 90 milhões de causas para julgar. Esses litígios obrigam as pessoas a viverem dia após dia, mês



Renan: proposta substitui a cultura da judicialização pela conciliação e o diálogo

após mês, ano após ano, com a angústia da prolongada indefinição de seus problemas. Vamos substituir a cultura da judicialização pela cultura do diálogo e da conciliação.

O projeto também prevê a arbitragem para resolver

conflitos em contratos trabalhistas e obriga que a cláusula de arbitragem seja redigida com destaque ou em documento apartado. Além disso, permite que, antes de instituída a arbitragem, as partes possam recorrer ao Poder

Judiciário para a concessão de medidas cautelares ou de urgência. Depois de instituída a arbitragem, caberá aos árbitros manter, modificar ou revogar a medida cautelar ou de urgência concedida pelo Poder Judiciário.

A CCJ ainda definiu que quaisquer conflitos relativos a direitos patrimoniais disponíveis, não apenas os decorrentes dos contratos celebrados pela administração pública, podem ser submetidos à arbitragem.

A proposta admite ainda a arbitragem para dirimir conflitos societários e nas relações de consumo, restrita aos casos em que o próprio consumidor tome a iniciativa de invocar o instituto.

Senadores apoiam ações de combate à violência contra as mulheres

Congresso pode ganhar frente similar à formada por deputados gaúchos, que apresentou ações para combater violência doméstica e familiar

A COMISSÃO DE Direitos Humanos (CDH) aderiu ontem a um movimento nacional de homens parlamentares pelo fim da violência contra as mulheres, encabeçado por uma frente parlamentar do Rio Grande do Sul. Deputados gaúchos que integram o grupo apresentaram, durante audiência pública, ações adotadas para combater atos de violência doméstica e familiar e sensibilizar homens para o problema, entre elas a campanha Cartão Vermelho para a Violência contra as Mulheres.

Para reforçar essa bandeira, o Congresso pode ganhar uma frente parlamentar nos mesmos moldes do grupo instalado no Rio Grande do Sul. As assinaturas já começaram a ser coletadas pela presidente da CDH, senadora Ana Rita (PT-ES), e pelos senadores Cristovam Buarque (PDT-DF) e Paulo Paim (PT-RS). Os deputados Paulo Pimenta (PT-RS) e Marcon (PT-RS) também apoiaram a criação do grupo.

— Vamos criar a frente parlamentar mista para combater a violência contra as



Ana Rita (E) e Paulo Paim (3º à esq.) participam da audiência na CDH que debateu ações pelo fim da violência contra mulheres

mulheres. Homem que bate em mulher não é homem, é covarde — disse Paim, que conduziu a reunião de ontem.

O resultado mais visível da atuação da Frente Parlamentar de Homens pelo fim da Violência contra a Mulher do Rio Grande do Sul até o momento foi a criação de uma lei estadual que estabelece o uso de tornozeleiras eletrônicas em homens agressores de mulheres. A norma, sancionada no último dia 23 pelo governador Tarso Genro, determina que o sistema de vigilância, até então aplicado apenas em detentos dos regimes aberto e semiaberto, será usado em agressores para evitar que

voltem a descumprir o previsto na Lei Maria da Penha.

Cultura machista

O Brasil ocupa o sétimo lugar entre os países com o maior número de mulheres mortas, num universo de 84 nações. A cada cinco minutos uma mulher é agredida, e em quase 70% das ocorrências o autor das agressões é o namorado, o marido ou o ex-marido. A secretária de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Aparecida Gonçalves, lamentou os dados.

— Em 93% dos casos, as mulheres são assassinadas por maridos e companheiros.

Desse total, 54% sofrem violência todos os dias. Isso é tortura — disse Aparecida, que apresentou informações da Central de Atendimento à Mulher — Ligue 180, do governo federal.

Ana Rita observou que a cultura machista está impregnada em muitos lares e no ambiente escolar. A senadora reforçou que é preciso acabar desde cedo com a noção de superioridade do homem em relação à mulher:

— Precisamos trabalhar uma mentalidade, a partir da educação, que construa relação de igualdade e, assim, possamos enfrentar e combater todo tipo de violência.

Renan Calheiros participa da posse de Gilmar Mendes no TSE

O presidente do Senado, Renan Calheiros, prestigiou na noite de ontem a cerimônia de posse do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes no cargo de ministro efetivo do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), vaga anteriormente ocupada pela ministra Cármen Lúcia.

Esta será a terceira passagem do ministro pela corte eleitoral, onde foi empossado pela primeira vez em 2003 e exerceu a presidência em 2006. Desde 2012, o ministro vinha desempenhando a função de substituto nesse tribunal.

Comissão analisará sugestões legislativas de jovens senadores

Seis propostas apresentadas por estudantes na edição do ano passado do Projeto Jovem Senador foram registradas como as sugestões legislativas 1 a 6, de 2014, e serão encaminhadas para a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Dependendo da avaliação do colegiado, as propostas poderão virar projetos de lei e passar a tramitar na Casa.

Malta aprova tornar abuso sexual um crime hediondo



Magno Malta (PR-ES) comemorou a aprovação, antontem, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de projeto que classifica o abuso

sexual de crianças e adolescentes como crime hediondo. Aprovada em caráter terminativo, a proposta pode ir direto ao exame da Câmara se não houver recurso para votação em Plenário. Malta confia na aprovação rápida também pelos deputados.

— Esse é o crime dos crimes: a violência que acaba com o futuro de uma criança. A Câmara não se furtará de colocar em votação rapidamente para que nós possamos entregar esse benefício às crianças de todo o país — disse o parlamentar, que presidiu a CPI da Pedofilia no Senado.

Ferraço defende equilíbrio na redução da maioria



Ricardo Ferraço (PMDB-ES) lamentou ontem que o governo federal esteja trabalhando contra a proposta de redução da maioria penal, da qual é relator. A principal PEC com esse objetivo, de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), deve ser analisada na próxima reunião da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Para o senador, a proposta é equilibrada, já que restringe a redução a crimes hediondos e repetições de lesão corporal ou roubo qualificado, além de exigir pedido de promotor e aceitação de juiz.

— O governo tem se movimentado para impedir que seja votado. Acho isso um equívoco, porque a qualquer momento vamos estar diante de um retrocesso, que é a redução da maioria de qualquer maneira — afirmou.

Paim se solidariza com Tinga, vítima de racismo

Paulo Paim (PT-RS) solidarizou-se com Tinga, jogador do Cruzeiro que foi alvo de manifestações racistas da torcida peruana em jogo do clube mineiro contra o Real Garcilaso, pela Copa Libertadores da América.

Segundo ele, torcedores do Real Garcilaso começaram a imitar sons e a chamar o jogador brasileiro de macaco, num claro ato de racismo.

Paim citou ainda declaração que o blogueiro Negro Belchior divulgou em apoio a Tinga, atribuindo a atitude da torcida à marcas do colonialismo deixadas na mentalidade da América Latina.

— Terminou só dizendo aos familiares do Tinga e ao próprio jogador, que derramou lágrimas na TV, e eu vi: Tinga, entoamos para ti o grito de uma escola de samba de Porto Alegre que dizia, “Tinga, Tinga, teu povo te ama” — disse, referindo-se ao samba-enredo da escola Estado Maior da Restinga.

Gurgacz registra cheias causadas pelo gelo andino



Acir Gurgacz (PDT-RO) registrou a ocorrência de alagamentos em bairros de Porto Velho, capital de Rondônia, devido à cheia do Rio Madeira. As águas,

informou, atingiram o segundo maior nível em 30 anos, com 17,2 metros. O senador explicou que a cheia é provocada pelo derretimento da neve da Cordilheira dos Andes e que esse fenômeno ocorre de tempos em tempos. A defesa civil retirou 72 famílias de casa, acrescentou.

Segundo Gurgacz, os municípios de Guajará-Mirim, na Bacia do Rio Mamoré, e de Ji-Paraná, na Bacia do Rio Machado, também estão sofrendo com as cheias.

— É um momento delicado para as famílias e estamos acompanhando de perto o trabalho de apoio aos atingidos.

Está na hora de você ampliar seus conhecimentos.
Sem pagar nada por isso.

O Senado Federal, por meio do Instituto Legislativo Brasileiro, oferece a você vários cursos gratuitos a distância. Em 2014 serão 46 opções, 19 delas com tutoria.

Matrículas a partir de 18 de fevereiro
www.senado.leg.br/ead



Projeto que regulamenta a criação e o desmembramento de cidades foi aprovado pelo Congresso e vetado integralmente pelo Executivo. Autor acredita que votação aberta possibilitará derrubada do veto

Votação de regras de criação de municípios será aberta

NA TERÇA-FEIRA, DEPUTADOS e senadores votarão o veto presidencial ao projeto que estabelece regras para a criação de novos municípios (PLS 98/2002 — Complementar). O texto, aprovado pelo Senado em outubro de 2013, foi integralmente vetado pela presidente no mês seguinte. Agora, os parlamentares terão que decidir se mantêm a posição manifestada durante as votações na Câmara e no Senado ou se apoiam, em votação aberta, a decisão do governo.

O voto aberto na apreciação dos vetos presidenciais foi aprovado no final de 2013. Na primeira votação nesses moldes, em dezembro, foram mantidos os três vetos da pauta.

Para críticos da mudança, o voto secreto, no caso de vetos, seria uma forma de os parlamentares se protegerem de possíveis pressões do governo. No entanto, o próprio



Para Mozarildo, o Executivo precisa deixar o Congresso fazer seu trabalho

autor do texto, senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), discorda. Segundo ele, com a votação aberta é mais difícil um parlamentar mudar o posicionamento assumido durante a tramitação na Câmara e no Senado.

— Nós tivemos 312 deputados e 53 senadores que votaram a favor desse projeto. Se tivessem mantido a votação secreta, talvez alguns mudassem de posição por pressão, mas agora o voto vai ser aberto — pondera o senador.

Eduardo Suplicy (PT-SP), por outro lado, lembra que a apresentação de novos argumentos na ocasião do veto pode influenciar os parlamentares. Para ele, os parlamentares podem, sim, mudar de opinião, independentemente de pressões.

Sobre a promessa do governo de apresentar um projeto alternativo e, assim, evitar a derrubada do veto, Mozarildo diz que o Executivo precisa deixar o Congresso fazer seu trabalho.

Senadores apoiam voto aberto na Câmara

Senadores creditaram à Emenda Constitucional 76, que pôs fim à votação secreta, a cassação do mandato do deputado Natan Donadon (sem partido-RO), quarta-feira, com 467 votos favoráveis e 1 abstenção. Paulo Paim (PT-RS) lembrou que há seis meses, em votação secreta, a Câmara havia rejeitado a cassação de Donadon, preso desde junho na Penitenciária da Papuda, em Brasília, onde cumpre pena de mais de 13 anos em regime fechado.

— Agora cada um vai ter que mostrar a sua cara. Mostrar a cara que o Brasil quer ver — disse o senador.

A mudança de atitude dos deputados também foi observada por Cristovam Buarque.

— A opinião pública recebe bem a decisão de não ter um



O deputado Natan Donadon foi o primeiro cassado sem voto secreto

deputado condenado e preso.

Para Pedro Simon (PMDB-RS), a cassação do deputado, diante da votação aberta, não foi uma surpresa. Ele lamentou, porém, que o Congresso não tenha estendido o voto aberto para as votações relativas à aprovação de autoridades indicadas pela Presidência da República.

— A medida de quarta-feira foi uma resposta dada pelo Congresso. É uma demonstração profundamente séria de que a índole do congressista é mais honesta e digna do que pode parecer. Infelizmente, as lideranças que coordenam e comandam a ação do Congresso impedem que sejam feitas as reformas mais profundas e necessárias — lamentou Simon.

Já Delcídio do Amaral (PT-MS) afirmou que o Congresso ganhou mais transparência. Agora, parlamentar brasileiro tem que mostrar à sociedade suas posições, afirmou.

— Acho que isso ajuda o Brasil, pois cria um Congresso mais cidadão, mais responsável e mais compatível com as exigências populares, o que, afinal de contas, é a razão de ser das duas Casas — disse.

Benedito critica forma de escolha de relatores nas comissões

Benedito de Lira (PP-AL) criticou o atual sistema de escolha dos relatores de projetos nas comissões temáticas do Senado. Na opinião dele, o Regimento Interno deve ser alterado para aceitar um processo eletrônico de distribuição entre todos os integrantes de um mesmo colegiado.



O senador contou que, ao escolher os relatores, os presidentes de cada comissão se deixam levar, muitas vezes, pela amizade ou pela política “no seu pior sentido”. Segundo ele, há “arranjos muitas vezes nem transparentes nem justos” que prejudicam os partidos de menor representatividade.

Pinheiro defende reestruturação de carreiras do serviço público

Walter Pinheiro (PT-BA) alertou para a necessidade de reestruturação de várias carreiras do serviço público, como a dos servidores da Polícia Federal, do Departamento Nacional de Obras contra as Secas, dos empregados do Banco do Brasil e dos servidores da Receita Federal.



Na avaliação do senador, as reivindicações dos trabalhadores são justas e não se restringem à questão salarial. Para ele, é fundamental que o governo atenda pelo menos em parte os pleitos, até mesmo para evitar um embate permanente, que prejudica a qualidade do serviço prestado à população.

Gleisi Hoffmann desaprova política tributária do Paraná

Gleisi Hoffmann (PT-PR) criticou o governo do Paraná, que, na avaliação dela, tem ampliado o rol de produtos sujeitos à substituição tributária sem critérios. Esse regime geralmente centraliza a arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) de todo um setor no final da



cadeia produtiva. Segundo a senadora, o regime aumenta a arrecadação do estado, mas deve ser aplicado em cadeias de produtos homogêneos. Quando incide em cadeias de produtos heterogêneos, a substituição prejudica as micros e pequenas empresas, beneficiárias do Simples Nacional.

Anibal Diniz registra criação do Comitê do Simples Nacional

Anibal Diniz (PT-AC) discursou ontem sobre a instalação do Comitê Interministerial de Avaliação do Simples Nacional, que vai acompanhar o regime tributário simplificado. O senador lembrou que micros e pequenas empresas representam 97% dos empreendedores



e empregam 52% da mão de obra do país. Segundo ele, em 2013, 33% dos R\$ 68 bilhões gastos pelo governo com produtos ou serviços foram de micros e pequenas empresas. Anibal garantiu que o governo pretende ampliar o Simples Nacional, para beneficiar mais empresas.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portela

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos,

João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral: Helder Rebouças

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

Diretor-adjunto: Flávio de Mattos

Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

AGÊNCIA SENADO

Coordenador: Marco Antonio Reis (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Coordenador: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Sílvio Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Thâmara Brasil

Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Registro estabelecido como obrigatório pelo novo Código Florestal ainda não pode ser feito por falta de regras para implantação do sistema, gerando insegurança no campo

Produtores cobram normas para o cadastro ambiental

A DEMORA NA publicação de norma para implantar o Cadastro Ambiental Rural (CAR) está gerando insegurança de agricultores e dúvidas sobre o cumprimento da obrigação de registro prevista no novo Código Florestal, segundo senadores e representantes do agronegócio que se reuniram ontem na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

Como é obrigatório para todas as propriedades e pré-requisito para a regularização de áreas com passivo ambiental, o CAR vem sendo aguardado com grande expectativa. O aplicativo para preenchimento do cadastro já está disponível em página do Ministério do Meio Ambiente (www.car.gov.br), mas o envio ao órgão ambiental ainda depende de instrução normativa.

— O que nos preocupa é a confiança do agricultor em fazer o CAR, que só virá com a normatização — resumiu Acir Gurgacz (PDT-RO), autor do requerimento para realização da audiência pública.

A opinião foi compartilhada por Waldemir Moka (PMDB-MS), Ana Amélia (PP-RS), Blairo Maggi (PR-MT) e Jayme Campos (DEM-MT). A principal preocupação é o período de cadastramento. O código prevê que seja de um ano, prorrogável uma única vez, por igual período. Os senadores, no entanto, questionam se esse prazo já estaria sendo contado desde maio de 2012, com a publicação na nova lei florestal.

Paulo Guilherme Cabral, do Ministério do Meio Ambiente, esclareceu que a contagem

está condicionada à liberação das normas de implantação do cadastro.

— Quando for publicada a instrução normativa, aí sim o relógio começa girar e a gente começa a contar os dois anos — informou o representante do ministério.

Para Gilman Viana Rodrigues, da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), é preciso clareza na definição do período para a regularização de propriedades com passivo ambiental, pois a nova lei florestal impede que áreas irregulares sejam contempladas com financiamento público.

— Sem crédito não tem produção e sem produção agrícola o Brasil não teria a salvação que está tendo na balança comercial — disse.

Uma inscrição por matrícula permitiria mais benefícios

A norma que será definida pelo governo trata de aspectos considerados cruciais pelos produtores, como a definição da unidade que deve ser inscrita. O código estabelece que o CAR seja feito por imóvel rural, mas o debate de ontem mostrou que o conceito pode reacender antigas polêmicas.

O Estatuto da Terra (Lei 4.504/1964) define como imóvel rural aquele “de área contínua, qualquer que seja a sua localização, que se destina à exploração extrativa agrícola, pecuária ou agroindustrial”. Com base nessa lei, o ministério entende que terras

contínuas de um mesmo proprietário, ainda que adquiridas em diferentes momentos e sob diferentes matrículas, representam um único imóvel e terão uma única inscrição no CAR. Ruralistas e senadores defendem que o produtor tenha o direito de fazer um cadastro por matrícula. Como o Código Florestal reduziu as exigências para áreas menores, de até quatro módulos fiscais, o cadastramento por matrícula poderá gerar benefícios que o proprietário não terá se prevalecer o entendimento de imóvel como área contínua, mesmo com muitas matrículas.

Menos burocracia e imagens de satélite sem custo para agricultor

A urgência na definição dessas questões foi apontada pelo representante da Organização das Cooperativas Brasileiras, Marco Olívio de Oliveira. Ele também destacou vantagens da adoção do CAR.

Conforme observou, o novo cadastro substituirá diversos procedimentos exigidos para licenciamentos ambientais, reduzindo a burocracia dos processos e os custos para o produtor rural.

Nesse aspecto, Paulo Guilherme Cabral informou que o aplicativo do cadastro ambiental coloca à disposição

dos interessados, sem custo para o agricultor, imagens de satélite de todo o país, compradas por R\$ 30 milhões pelo governo federal.

Arquimedes Ernesto, representante da Secretaria do Desenvolvimento Ambiental do governo de Rondônia, reconheceu que a liberação dessas imagens por meio do CAR resultará em economia para os estados. Ele destacou ainda a integração de informações entre os bancos de dados já existentes nos estados e o sistema nacional de cadastro que está sendo implantado no país.



Gilman Viana, da Confederação Nacional da Agricultura, fala em audiência da CRA, presidida por Benedito de Lira (3º à esq.)

Assentamentos viram bolsão de miséria, diz Jayme

Jayme Campos (DEM-MT) criticou na quarta-feira a política de assentamento e reforma agrária. Ele disse que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) é sinônimo de incompetência e acrescentou que há denúncias sobre o órgão. De acordo com Jayme, a preocupação é assentar, sem dar importância à documentação.

O senador também manifestou preocupação com a burocracia do Incra e questionou a eficácia dos assentamentos.

— A maioria dos assentamentos vira um bolsão de miséria e não têm como escoar a produção — disse.



Pedro Franco/Agência Senado

Inácio registra encontro de sem-terra com Dilma

Inácio Arruda (PCdoB-CE) informou que representantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) entregaram ontem à presidente da República, Dilma Rousseff, uma carta na qual apontam a necessidade de novos assentamentos.

Segundo o senador, os agricultores informam que a produção das pequenas propriedades e das cooperativas rurais é significativa. Ele disse que os agricultores têm grande preocupação com o meio ambiente e reivindicam a renegociação das dívidas rurais dos assentados. Querem, disse Inácio, que os parlamentares atuem para que isso seja possível.



Pedro Franco/Agência Senado

Requião: MST é importante para mudanças no país

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é importante para mudanças definitivas no Brasil, disse ontem Roberto Requião (PMDB-PR). Ele argumentou que sem revolução não há salvação e criticou a concentração de riqueza, atacando o que chamou de concessões do governo do PT ao capital especulativo.

— O Brasil exige do MST muito mais que a ocupação de terras. Há uma tarefa maior: a revolução brasileira. Lutar, construir a revolução brasileira. De que forma? Organizar-se, sem violência. Mobilizar. Ocupar. Pressionar. Radicalizar as reformas — afirmou o senador.



Pedro Franco/Agência Senado

Suplicy cobra mais rapidez na reforma agrária

Os trabalhadores rurais exigem do governo mais atenção à reforma agrária, pois ainda existem 100 mil famílias aguardando o recebimento de um lote, disse Eduardo Suplicy (PT-SP). Ele informou que os dirigentes do MST denunciaram a existência de 80 mil lotes prontos para serem ocupados, mas que continuam vazios por falta de agilidade na análise de processos.

De acordo com o senador, os sem-terra criticaram a medida provisória que permite aos assentados vender os lotes recebidos e exigem acesso aos recursos do Programa Minha Casa, Minha Vida e combate ao trabalho escravo.



Pedro Franco/Agência Senado

Senador quer que governo ajude produtor de laranja

Eduardo Suplicy (PT-SP) pediu que os Ministérios da Agricultura, da Fazenda e do Planejamento prestem socorro aos pequenos e médios produtores de laranja do estado de São Paulo, que há anos enfrentam grave crise. De acordo com entidades do setor, mais de 4 mil produtores deixaram a citricultura e muitos tiveram que arrendar as terras a fim de garantir recursos para a sobrevivência.

Segundo o senador, há uma crise de preço e o que os citricultores ganham não cobre nem metade dos custos. Como resultado, não têm como pagar os empréstimos feitos para o custeio das atividades, o que resulta no aumento da dívida de R\$ 600 milhões no setor para quase R\$ 1 bilhão nos últimos cinco anos.

Cícero pede reajuste em programa de leite na Paraíba

Cícero Lucena (PSDB-PB) pediu providências do governo para manter o programa de incentivo à produção de leite na Paraíba. Ele lembrou que o programa deu bons resultados, mas alertou que o valor de R\$ 4 mil pago por mês não é reajustado há mais de dez anos.

O senador declarou-se frustrado com a queda na produção e ressaltou a importância do programa na fixação do homem no campo e na complementação alimentar da população paraibana.

— Não adianta o governo gastar milhões em propaganda, bilhões em Copa do Mundo e não ter preocupação com o pequeno agricultor.



Pedro Franco/Agência Senado

Falta de acordo adia votação de convite a Ideli

Requerimento era para que a ministra de Relações Institucionais comparecesse ao Senado para esclarecer regras de liberação das emendas do orçamento impositivo

POR FALTA DE acordo político, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) adiou a votação do requerimento que convida a ministra de Relações Institucionais, Ideli Salvatti, para explicar os critérios adotados pelo governo federal na liberação das emendas parlamentares ao Orçamento. O requerimento não foi colocado em pauta, e a comissão volta a se reunir na terça-feira, às 10h e às 15h.

O deputado Claudio Cajado (DEM-BA) disse esperar que o convite à ministra Ideli seja aprovado na próxima reunião. Para ele, o respeito ao orçamento impositivo, aprovado no fim do ano passado, vai acabar com “a barganha do toma lá dá cá”.

— O governo federal tem obrigação de cumprir o que aprovamos. Espero que o convite seja aprovado. Se não houver acordo para convidar a ministra, não teremos mais



A presença de Ideli na Comissão Mista de Orçamento não foi colocada em pauta, mas pode ser votada na próxima reunião

acordo para nada — afirmou.

A pedido do deputado, também não foram apreciados os avisos com a prestação de contas do governo Lula de 2009 e a prestação de contas do primeiro ano do governo Dilma Rousseff (2011). Ambos os itens foram retirados de pauta mesmo com apelos insistentes

do deputado Afonso Florence (PT-BA) para que fossem votados, já que foram aprovados pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Cajado não cedeu aos apelos, argumentando que o Democratas ainda não teve tempo de analisar as matérias.

Deputados e senadores

aprovaram relatórios sobre outros oito avisos, todos sobre atividades do TCU referentes aos exercícios de 2011 e 2012. Com a aprovação, a CMO declara que tomou conhecimento dos avisos e que os arquivará. Também foi aprovado parecer pela regularidade e adequação das contas enca-

minhadas pelo TCU referentes ao exercício de 2009 e adiada a votação da prestação de contas do tribunal relativa a 2011.

Foram aprovados ainda relatórios a dois escritórios do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão com informações sobre a execução de obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) nos meses de julho a dezembro de 2011. Além disso, foi arquivado um projeto de decreto legislativo que incluía obras com índice de irregularidade na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2010.

A reunião foi conduzida pelo presidente da CMO, senador Lobão Filho (PMDB-MA), e também contou com a participação do senador Wilder Moraes (DEM-GO) e dos deputados Weliton Prado (PT-MG), Nelson Meurer (PP-PR) e Raimundo Gomes de Matos (PSDB-CE), entre outros parlamentares.

Flexa Ribeiro condena carga tributária excessiva



Flexa Ribeiro (PSDB-PA) afirmou ontem que a elevada carga tributária assusta os brasileiros que, no ano 2000, pagavam em média R\$ 2.100 de impostos e, em 2013, recolheram R\$ 7.900, um aumento de 277%. As informações foram fornecidas pelo Instituto Assaf, consultoria com atuação nas áreas de finanças e de gestão corporativa.

A instituição citada pelo parlamentar também aponta uma arrecadação federal de tributos no valor de R\$ 1,7 trilhão, em 2013, enquanto no ano 2000 esse valor foi de R\$ 350 bilhões.

Flexa Ribeiro disse que a elevação da carga tributária prejudica a competitividade das empresas brasileiras no mercado globalizado. O senador assinalou que a “voracidade tributária do governo petista parece não conhecer limite”.

Ângela Portela destaca conquistas do governo nos 34 anos do PT



Ângela Portela (PT-RR) comemorou na quarta-feira os 34 anos de fundação do Partido dos Trabalhadores e ressaltou os feitos vitoriosos do ex-presidente Lula e da presidente Dilma Rousseff ao longo dos 11 anos do governo petista.

A redução das desigualdades por meio do Bolsa Família, o crescimento econômico, a redução do desemprego, a melhoria da infraestrutura e a expansão do ensino superior foram algumas das conquistas citadas.

Para a senadora, as transformações são fruto da vontade política do PT de avaliar, periodicamente, ações estratégicas e infraestruturais.

— O PT chega aos 34 anos cumprindo a maioria das promessas que fez no seu surgimento, de lutar por mais democracia, mais justiça social, mais liberdade e por menos desigualdade social — disse.

Armando Monteiro quer discutir Plano Decenal de Energia



Armando Monteiro (PTB-PE) anunciou que proporá uma audiência pública no Senado para discutir a alteração do Plano Decenal de Expansão de Energia a fim de que seja construído um linha de corrente contínua partindo da Usina Hidrelétrica de Belo Monte para a Região Nordeste.

Na avaliação do senador, a transferência direta de energia de Belo Monte para o Nordeste, durante os meses de alta hidrologia do Rio Xingu, possibilitaria firmar na região uma significativa parcela de origem hidráulica, reduzindo-se a necessidade de operação de térmicas e a importação de outras fontes mais caras.

Armando explicou que as linhas atualmente utilizadas para a importação de energia pelo Nordeste não são adequadas para a transferência permanente, mas apenas em situações excepcionais.

Apagão mostra necessidade de investir no setor, diz Figueiró



Ruben Figueiró (PSDB-MS) afirmou que o apagão da semana passada, que atingiu 11 estados, reacendeu o sinal de alerta do setor de energia.

Segundo o senador, até hoje não se sabe exatamente a causa do apagão, mas uma coisa está certa: o país precisa investir mais na geração e na distribuição de energia. Figueiró disse que o planejamento da expansão do sistema elétrico está aquém das necessidades, como já advertiu a Associação Brasileira dos Investidores em Autoprodução de Energia. Na geração hidrelétrica, por exemplo, apenas metade do que estava previsto para 2013 ficou pronto, informou.

Ele destacou ainda que, de acordo com a Empresa de Pesquisa Energética, para fazer frente ao aumento de 5% ao ano no consumo de energia, o país precisaria de 6 mil novos megawatts.

Para Delcídio, Brasil não corre risco de racionamento



Delcídio Amaral (PT-MS) afirmou em Plenário que o Brasil não corre nenhum risco de racionamento de energia elétrica. Para o senador, o parque termelétrico existente no país tem as dimensões adequadas para garantir o suprimento de energia mesmo em face da estiagem que está assolando parte do território nacional e que pode afetar as usinas hidrelétricas.

O parlamentar lembrou ainda que, durante o apagão da semana passada, o sistema de proteção das linhas de transmissão operou corretamente, impedindo a ocorrência de estragos por queda de raios.

— Com relação a descargas atmosféricas, nenhuma linha de transmissão é absolutamente blindada. Às vezes descargas atmosféricas atingem sistemas, não é só no Brasil, mas no mundo inteiro — disse o senador.

CONSULTA PÚBLICA

PLS 397/2011
Prazo de validade do
exame da OAB

**[até 7
de março]**

Opine sobre esta discussão.

informações sobre o projeto: <http://bit.ly/1kk4nSI>
participação: <http://bit.ly/OAB1aFase>

e cidadania

SENADO FEDERAL